

## EDITORIAL

*Dr. Erasmo Baltazar Valadão* (Curso de Pedagogia - UFT- Campus de Arraias).

*Dr. Erlando da Silva Rêses* (Programa de Pós-graduação da FE/ UnB)

*Dr. Jenijunio dos Santos* (Secretaria de Educação de Belém/PA)

*Dra. Márcia Mariana Bittencourt Brito* (Programa de Pós-graduação em Artes/ UFPA)

*Milena Moreira Montalvão* (Curso de Pedagogia - UFT- Campus de Arraias)

A presente edição com a temática *Educação Superior e Emancipação Social*, enfatiza que o acesso à Educação Superior constitui-se como um direito de todos e, em tempos de obscurantismo e perdas de diversos outros direitos, o que é óbvio deve ser novamente lembrado. Esta perspectiva defendida por Saviani (2006) e reafirmar o que parece ser naturalizado cai muito bem no atual cenário, pois, neste mês de maio de 2022, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de *Homeschooling* e suscitou propostas antigas de cobrança de mensalidade em universidades públicas.

Em face desse cenário, este dossiê busca por pesquisas que expliquem e reafirmem o papel que as nossas universidades têm na vida da população, uma vez que explicitar a função social da universidade tornou-se um instrumento de luta e afirmação política.

A Revista Leituras em Pedagogia e Educação (Relpe) tem, em sua gênese, esse desejo de dar voz e vez ao trabalho de pesquisadores que se aventuram em fazer Educação Superior com o compromisso emancipatório, dedicando tempo e atenção a quem se encontra na contra hegemonia da lógica vigente de pensar e praticar a política e a economia.

As parcerias com outras instituições e pesquisadores de outras regiões auxiliam na percepção do quão necessário é a Educação Superior no processo de desenvolvimento regional e da emancipação dos sujeitos espalhados nos rincões deste rico, mas profundamente desigual país.

A opção em acolher artigos que problematizam o papel do ensino, da pesquisa e da extensão também tem a intenção de apontar a relevância que a Educação Superior tem e

precisa ter na vida da comunidade onde está inserida. Sem um trabalho planejado e consciente das universidades, quem mais perde força é a extensão, e isso acaba anulando a ação da universidade na vida dos sujeitos. Sem esse diálogo, ela acaba por se fechar e por tratar de temas e problemas que não fazem sentido à vida da comunidade.

Poder contar com a contribuição de pesquisadores inseridos na luta das populações do campo, como os ribeirinhos, as comunidades quilombolas e a população de pequenas cidades distantes dos centros urbanos, entre outras, potencializa e revigora o papel que plataformas como esta têm e poderão ter.

Segue a apresentação dos artigos publicados:

O artigo *A função social da Universidade Pública para a comunidade do sudeste do Tocantins e nordeste goiano*, discute a função da Universidade Pública para a Comunidade do Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano, sendo ela uma instituição de ensino, pesquisa e extensão com a responsabilidade de transformar a realidade social dos moradores da cidade de Arraias - Tocantins e região. Assim, o trabalho objetiva analisar as ações desenvolvidas pela Universidade por meio dos projetos de extensão, bem como pesquisar o contexto sócio-histórico-cultural da região Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano, levantar os projetos de extensão desenvolvidos pela Universidade e averiguar se estão cadastrados, além de analisar a relação da universidade com as comunidades e regiões mencionadas. Apresenta a indissociabilidade entre a Pesquisa, o Ensino e a Extensão, e que, assim sendo, possui um papel social de emancipação e trabalho em conjunto com a comunidade para amenizar os problemas sociais enfrentados pela sociedade, principalmente quando se trata de uma comunidade marcada por negros analfabetos e com um alto índice de desigualdade social.

O campo da Educação Superior (ES), sobretudo aquela desenvolvida nas universidades públicas, sempre se configurou como um espaço de tensões e contradições, pois diretamente relacionado à formação humana é a temática central do artigo: *O artigo educação superior como espaço hegemônico: interpretando confluências e epistemológicas e mercadológicas*. Entretanto, o atual governo despótico, via legislações, a tem reconfigurado. De um espaço de crítica e reflexão profícua, busca-se sustentar bases epistemológicas e teórica com confluências mercadológicas. Na maioria dos casos, a formação torna-se aligeirada e acrítica, voltada à uma concepção e qualidade duvidosa. Nesse sentido, neste artigo recorreremos ao diálogo com a literatura atual sobre a temática – qualidade da ES por caminhos fundamentados no método dialético, para mostrar que a exigência de explícitos posicionamentos epistemológico, ético-

político, pode sustentar militância contra hegemônica, voltada à melhora da educação superior pública.

Como a Educação do Campo da Universidade de Brasília (LEdoC/UnB), tem transformado a Educação Superior no Brasil é o tema do artigo: *Educação e emancipação no curso de Licenciatura em Educação do campo da Universidade de Brasília (UnB): elementos de transformar (ação) pedagógica na educação superior*. Apresentando um recorte de uma pesquisa desenvolvida no período de 2014 a 2017, a qual analisou as transformações pedagógicas percebidas na formação de professores e na atuação dos egressos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, na UnB, em Brasília, a partir da metodologia da pesquisa-ação. Os resultados apontam que a LEdoC/UnB apresenta vários elementos de transformação pedagógica na Educação Superior, contribuindo, assim, para afirmar a Educação do Campo como um novo paradigma da educação brasileira e apontar caminhos para a transformação social.

*Em Políticas Educacionais e seus aspectos ideológicos: implicações na formação, profissionalização de professores (as) e no trabalho docente* discute-se políticas educacionais e seus aspectos ideológicos, buscando conhecer e compreender suas implicações na formação de professores(as) e no trabalho docente. Toma como problemática, aspectos dos discursos ideológicos hegemônicos presentes nas políticas educacionais forjados pelas influências de Organismos Multilaterais que incidem sobre os processos formativos, a identidade profissional e o trabalho docente. Esperamos que esse estudo possa contribuir com reflexões desse campo do conhecimento que consiga subsidiar tanto a formação de professores(as) quanto o trabalho docente em suas diversas dimensões.

O artigo *Políticas Públicas Educacionais para os quilombos: A comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso* aborda a temática das políticas públicas educacionais voltadas às comunidades quilombolas, com o objetivo de verificar como essas políticas vêm se configurando na prática nesses espaços e se elas contribuem para promover uma educação específica, diferenciada, e de qualidade para essa população. Foram realizadas pesquisa bibliográfica e referencial sobre temas relacionados às políticas públicas, educação, educação quilombola e comunidade quilombola. Observa-se que não basta a lei prever ou garantir políticas públicas, sejam elas de educação, infraestrutura, saúde, entre outras, é preciso antes de tudo que os gestores públicos promovam ações que concretizem de fato o que a lei estabelece.

Com o tema *Engenharia didática reversa; um estudo com o matapi na formação de professores para o campo*, o artigo aborda as políticas públicas educacionais voltadas às comunidades quilombolas, com o objetivo de verificar como essas políticas vêm se configurando na prática nesses espaços e se elas contribuem para promover uma educação específica, diferenciada, e de qualidade para essa população. Com o título *Políticas públicas educacionais para os quilombos: A comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso* a pesquisa apresenta temas relacionados às políticas públicas, educação, educação e comunidade quilombola.

A discussão acerca do Poder Público Municipal no contexto da educação é o assunto do artigo *Relação entre Movimentos Sociais, Educação do Campo e Poder Público Municipal no contexto de Abaetetuba – PA*. A expectativa do estudo é contribuir para a ampliação do universo de pesquisas relacionadas às políticas públicas educacionais nas comunidades quilombolas, e com isso, possibilitar o subsídio de ações mais efetivas, que possam de fato atender às necessidades e especificidades destes sujeitos. Assim, observou-se que não basta a lei prever ou garantir políticas públicas, sejam elas de educação, infraestrutura, saúde, entre outras, é preciso antes de tudo que os gestores públicos promovam ações que concretizem de fato o que a lei estabelece.

O texto *A propriedade como justiça social em Santo Agostinho* investigou o conceito de propriedade nas obras de Santo Agostinho, através de uma revisão bibliográfica dos escritos do bispo de Hipona e dos filósofos da tradição judaico-cristã e grega que o influenciaram. Para Santo Agostinho, a propriedade deve ser exercida com o objetivo de satisfazer as necessidades de todos os homens, não apenas de um indivíduo que a acumule com avareza, pois é uma dádiva de Deus que faz parte da natureza. É uma espécie de função social, na qual todos os homens devem possuir condições de igualdade para usar dos bens criados por Deus, garantindo a sobrevivência e evitando conflitos com o próximo que tenham como causa o uso da propriedade.

O Acordo de Paris é uma convenção internacional sobre as mudanças climáticas, cujas Contribuições Nacionalmente Determinadas expressam o compromisso de cada Estado Parte com a diminuição da emissão dos gases de efeito estufa e apresentado no artigo: *As metas brasileiras ao acordo de Paris sobre as mudanças climáticas e o desmatamento ilegal no Bioma Cerrado: Omissão do Estado Brasileiros*. Uma política pública internacional que dotou o Brasil de mecanismos de combate e prevenção ao câmbio climático através de metas como a do

desmatamento zero na Amazônia. Contudo, desconsidera-se que é o Cerrado, hoje, o bioma mais devastado no Brasil.

## **REFERÊNCIAS**

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 9. ed. rev. e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2005.